

LUTAS DE CLASSES NO ATUAL ESTÁGIO DO CAPITALISMO FINANCEIRO NEOLIBERAL

CLASS STRUGGLES IN THE CURRENT STAGE OF NEOLIBERAL FINANCIAL CAPITALISMO

LUCHAS DE CLASES EN LA ACTUAL ETAPA DEL CAPITALISMO FINANCIERO NEOLIBERAL

Glênia Rouse Costa¹
Solange Maria Teixeira²

Resumo

O objetivo do artigo é apresentar um panorama atualizado das lutas de classes no atual estágio do capitalismo financeiro neoliberal e problematizar a aparência de que as novas tecnologias do mundo produtivo são revolucionárias, motores da história, inovação e modernização constantes, camuflando sua utilização para fragmentar a classe trabalhadora, superexplorar, jogar parte desta no excedente e retirá-los da condição de sujeitos da história, algo que se acentua nos governos da “Nova Direita” e da extrema-direita. Trata-se de um estudo teórico, de base bibliográfica e análise documental, com metodologia qualitativa e escolha internacional de literatura e documentos para atender ao objetivo proposto. Conclui-se que na contemporaneidade as formas de expropriação e produção do valor foram renovadas com o uso das novas tecnologias, impactando socialmente como a superexploração, a informalidade, a uberização, a pejotização, dentre outros fenômenos que invadem também o capitalismo central, não sendo mais sinônimo de periferia, se expandindo para todo o globo, restando ao trabalho se reconfigurar enquanto classe e superar as reificações atuais criadas pelo capital e aos governos de direita.

Palavras-chave: Lutas de classe. Capitalismo financeiro. Novas tecnologias.

Abstract

The objective of the article is to present an updated panorama of class struggles in the current stage of neoliberal financial capitalism, and to problematize the appearance that new technologies in the productive world are revolutionary, engines of history, constant innovation, and modernization, camouflaging their use to fragment the working class, overexploit, throw part of this into the surplus and remove them from the condition of subjects of history, something that is accentuated in the “New Right” and extreme right governments. This is a theoretical, bibliographic and documents based study, with qualitative methodology and an international choice of literature to meet the stated objective. It is concluded that in contemporary times the forms of expropriation and production of value have been renewed with the use of new technologies, impacting such as superexploitation, informality, uberization, pejotization, among other phenomena that also invade central capitalism, no longer being synonymous with from the periphery, it expands across the globe, leaving work to reconfigure itself as a class and overcome the current reifications created by capital.

¹ Mestra pelo Programa de Pós- Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais (PPGSSDS)-UERN. Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas (GEPP/UERN). Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí - UFPI e pesquisadora sobre envelhecimento e políticas de cuidado. E-mail: rouseglenia@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3985-9544>.

² Possui Pós-Doutorado em Serviço Social pela PUC-SP (2009), Doutorado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (2006), Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998) e Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (1991). E-mail: solangeufpi@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8570-5311>.

keywords: Class struggles. Financial capitalism. New technologies.

Resumen

El objetivo del artículo es presentar un panorama actualizado de las luchas de clases en la actual etapa del capitalismo financiero neoliberal, y problematizar la apariencia de que las nuevas tecnologías en el mundo productivo son revolucionarias, motores de la historia, de constante innovación y modernización, camuflando su uso. fragmentar a la clase obrera, sobreexplotarla, arrojar parte de ella al excedente y sacarlos de la condición de sujetos de la historia. Se trata de un estudio teórico, de base bibliográfica, con metodología cualitativa y una selección internacional de literatura para cumplir con el objetivo planteado. Se concluye que en la época contemporánea las formas de expropiación y producción de valor se han renovado con el uso de las nuevas tecnologías, impactando como la superexplotación, la informalidad, la uberización, la pejetización, entre otros fenómenos que también invaden el capitalismo central, dejando de ser sinónimo de desde la periferia, se expande por todo el mundo, dejando que el trabajo se reconfigure como clase y supere las actuales cosificaciones creadas por el capital.

Palabras clave: Luchas de clases. Capitalismo financiero. Nuevas tecnologías.

INTRODUÇÃO

Com base nos estudos de Marx e Engels (2005), acreditamos que a luta de classes é o motor da história, e que ela assume centralidade nas mudanças sociais, econômicas e políticas desde a origem da propriedade privada e do Estado. No capitalismo, estes antagonismos entre quem detém os meios de produção e os que têm apenas sua força de trabalho assumem dimensões diferenciadas, renovadas em cada estágio do capital, conflito que impulsiona as mudanças, mas também retrocessos, embora uma parte da literatura economicista veja as novas tecnologias deslocadas destes conflitos, autonomizadas e com potencial por si mesmo de gerar modernizações.

As lutas sociais têm sido mecanismo utilizado pela classe trabalhadora para provocar mudanças sociais na estrutura política das sociedades capitalistas, mas ainda incapazes de promover a emancipação humana e, com isso, instalar uma nova ordem societária. Esta luta assume dimensões atuais e específicas no novo estágio do capitalismo, embora “[...] o pensamento pós-moderno supõe que as recentes transformações societárias não permitem mais aquelas formas de referências coletivas, como a de classe, que motivou as organizações sociais e políticas do século XIX e início do século XX” (Ribeiro, 2014, p. 102).

Esse pensamento pós-moderno reconhece a força das lutas sociais, mas que não estão mais atreladas às classes sociais, mas num horizonte de lutas identitárias particulares e específicas que são materializadas como os “novos movimentos sociais”. Esses nascem, sobretudo, a partir do maio francês de 1968 que foi um momento desencadeado pelas reivindicações de estudantes, mulheres e trabalhadores, tanto dos Estados Unidos, América Latina e Europa, especialmente, na França. Todavia, como apontam Duriguetto e Montaño

(2010, p. 261) esses “novos movimentos sociais” advêm de uma “[...] passagem de negação e ruptura com a ordem burguesa [...]” para, na verdade, uma “[...] predominância da política dos desejos individuais, do culto ao subjetivismo, que desembocará no ethos da pós-modernidade [...]”.

Porém, para este escrito reafirma-se a célebre passagem do *Manifesto do Partido Comunista* de Marx e Engels (2005, p. 40), em que afirmaram que “A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes”. A centralidade da classe social e a luta de classes está mais viva e pulsante do que nunca, tendo em vista que esta sociabilidade capitalista ainda continua explorando e expropriando agora os direitos sociais e trabalhistas conquistados.

A dialética entre arcaico e o moderno continua presente na era digital e das inovações tecnológicas. Para Antunes (2022, p. 25), tem ocorrido “[...] proliferação de uma miríade de trabalhos humanos vilipendiados, um vale-tudo: trabalho análogo à escravidão, superexploração (por exemplo, dos e das imigrantes), generalização da terceirização em todas as esferas laborativas [...]”.

Essas mudanças são resultantes do atual nível da relação entre as classes, do capital financeiro como o novo imperialismo, com a acumulação por espoliação (Harvey, 2014) essencialmente neoliberal, de um lado, e do outro, o esfacelamento da classe trabalhadora e do potencial de suas lutas pulverizadas, não constituindo uma ameaça frontal à ordem dominante.

Mas, as lutas da classe trabalhadora podem crescer e se fortalecer no ambiente virtual e globalizado, numa perspectiva progressista, confrontando-se com as ofensivas neoconservadoras e neofacistas, sobretudo, com ascensão da Nova Direita no mundo ocidental que tem “[...] desprezo pelo coletivo e às causas comuns, no repúdio às massas, ao povo e aos argumentos bem fundamentado, que ganham força o individualismo exacerbado, a meritocracia, o ódio ao diferente e a solução dos problemas personalizada [...]” (Pereira, 2020, p. 120).

As novas tecnologias do trabalho, especialmente, as digitais, continuam sendo utilizadas para reduzir a força de trabalho empregada, reduzir o tempo socialmente necessário para produzir uma mercadoria, ganhar a competição entre os capitalistas, e possibilitar fusões de capital, como o do industrial ao financeiro. Na contemporaneidade, tais tecnologias têm a função de reificação, como as plataformas digitais que contratam, controlam o tempo do trabalhador e utilizam seus bens para superfaturar e ampliar as margens de lucros.

No Brasil, as novas tecnologias ganharam difusão nas últimas décadas, e têm a aparência de criarem oportunidades para um país marcado pela informalidade, com um imenso exército de força de trabalho no excedente e superexploração da força de trabalho empregada. Esse cenário restritivo de emprego formal protegido se somou a uma conjuntura marcada pelo retorno da “Nova Direita”, entendida na perspectiva de Pereira (2016) que retrata a ascensão de partidos que defendem e implementam o neoliberalismo e os neoconservadores que a eles se associam na defesa dos livres mercados e valores morais conservadores. Deste fenômeno presente no ocidente desde os anos de 1980 emerge a extrema-direita ultraneoliberal, autoritária e conservadora. No Brasil o exemplo desta tendência foi o governo do ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro e nos valores defendidos, nitidamente, com sua política anticivilizatória que foi permeada de culto a violência, repressão, naturalização das desigualdades sociais e ataques aos direitos da classe trabalhadora e qualquer luta reivindicatória. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi um dos mais atacados com a intencionalidade de transformar o movimento em “terroristas” e isso é verificado em diversos discursos do ex-presidente, tendo como consequência a intensificação de violências no campo e que, na verdade, favoreciam a bancada ruralista que tem interesses na expansão do agronegócio no país. O que só expressa uma luta encarniçada da burguesia de manter privilégios e sufocar os movimentos de lutas da classe trabalhadora.

Nessa perspectiva, o objetivo do artigo é apresentar um panorama atualizado das lutas de classes no atual estágio do capitalismo financeiro neoliberal e problematizar a aparência de que as novas tecnologias do mundo produtivo são revolucionárias, motores da história, inovação e modernização constantes, camuflando sua utilização para fragmentar a classe trabalhadora, superexplorar, jogar parte desta no excedente, retirá-los da condição de sujeitos da história e expropriar direitos trabalhistas e sociais conquistados, além de situar a realidade brasileira desde os governos de centro direita e posteriormente de extrema direita na defesa da ordem econômica ultraneoliberal e uso da tecnologia para autonomizar processos de trabalho e aumentar a produtividade, ainda que as custas de fechamento de inúmeros postos de trabalho e maior exploração, inclusive para além do espaço de trabalho físico, como o domicílio e o virtual.

O artigo decorre de uma pesquisa teórica, do tipo bibliográfica, com uso de metodologia qualitativa. Trata-se de uma revisão de literatura e análise documental de escolha intencional para atender ao objetivo do artigo. Para atingi-lo este foi organizado em três seções nas quais se recorreu aos clássicos do materialismo histórico-dialético, como Marx e Engels, que deram subsídios para a compreensão das lutas de classes e sua estruturação na sociabilidade do

capital, além de outros teóricos contemporâneos capazes de oxigenar as reflexões teóricas acerca da reprodução ampliada do capital e consequências para a classe trabalhadora no atual estágio do capitalismo.

LUTA DE CLASSES COMO MOTOR DA HISTÓRIA

Marx e Engels (2005, p. 40), na obra *Manifesto do Partido Comunista*, iniciam o texto dizendo que: “A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes”. Logo, a luta de classes é tomada como o motor da história, das mudanças e avanços, mas também dos retrocessos e barbáries, colocando as classes sociais em oposição como sujeitos históricos que constroem continuamente a realidade. Assim, nomeiam as classes em lutas:

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária, da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta (Marx; Engels, 2005, p. 40).

No capitalismo, esses sujeitos antagônicos são a burguesia e os modernos operários, denominados também de proletariado ou classe trabalhadora. O lugar central das classes, como sujeitos sociais, é posta quando os autores destacam que: “A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais” (Marx; Engels, 2005, p. 45), como sujeito revolucionário, mas os operários se organizam, lutam pela defesa dos seus salários, condições de trabalho, dentre outras, mas, “os operários triunfam às vezes; mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores” (Marx; Engels, 2005, p. 17).

Há neste documento uma clara direção da perspectiva teórico-metodológica que estavam criando, o materialismo histórico-dialético, que os diferenciam de todas as formas de materialismos, principalmente de Feuerbach, estritamente estruturalista que compreendem as mudanças decorrentes de processos materiais, econômicos, real sensorial, deixando de considerar a práxis transformadora. Assim, a prática, a atividade humana como objetiva, “não compreende a importância da atuação "revolucionária", prático-crítica” (Marx; Engels, 2001, p.

120) da atividade humana. Portanto, o historicismo é um diferencial do paradigma criado por Marx e Engels.

As transformações não ocorrem sem sujeitos, não é um movimento de estruturas que caducam, geram contradições irremediáveis, ou que promovem saltos enormes com as inovações tecnológicas e seu uso como força de produção, sem serem mobilizadas pela luta de classes.

Assim, os autores criticam o materialismo de Feuerbach, na III tese, dizendo que:

A teoria materialista de que os homens são produto das circunstâncias e da educação e de que, portanto, homens modificados são produto de circunstâncias diferentes e de educação modificada esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado. [...]. A coincidência da modificação das circunstâncias e da atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente compreendida como prática transformadora. (Marx; Engels, 2001, p. 120).

Essa crítica não significa que o materialismo histórico-dialético não vislumbre as determinações objetivas da realidade sobre os homens, as condições reais de existências, que o define também como materialista, porém, destacam: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (Marx, 2011, p. 25). É necessário considerar que a consciência não determina o ser, o ser é que determina a consciência, logo, as condições materiais de produção são determinações dos homens, mas podem também ser transformadas por sujeitos coletivos, organizados, com projeto revolucionário.

As interpretações economicistas de Marx, feitas por algumas restritas vertentes marxistas, desconsideram o lugar da luta de classe como motor da história nos seus achados teóricos. Há clareza em Marx e Engels que a luta de classes é uma luta política, e que decorre de como a consciência apreende os antagonismos, a realidade. As relações de produção, modo como os homens produzem e se reproduzem, é o nascedouro dos antagonismos, determinam as estruturas políticas, culturais, ideológica, jurídica, o Estado e as classe em si, mas a práxis revolucionária necessita de um processo de classe para si, consciente dos seus interesses, do modo de funcionamento do capitalismo e com desejo de emancipação.

Essas estruturas materiais, econômicas, são objetivas e obedecem a leis postas pelo seu modo sistêmico de funcionamento. A lei do valor foi desvendada por Marx, em um dos debates e embates políticos destacamos o com Weston, quando apontou que o lucro das mercadorias nas sociedades capitalistas não se adquire pela venda superior aos seus custos de produção, pela oferta e demanda, mas pelo sobretrabalho realizado pela força de trabalho.

O valor das mercadorias é definido pelo tempo socialmente necessário para sua produção, incluindo a mercadoria força de trabalho que também ao vender sua força de trabalho neste processo apenas algumas horas do dia, em cada semana e no mês, recebe em dinheiro o suficiente para a sua reprodução e de sua família, mas ao vender sua força de trabalho deve trabalhar para além deste tempo, numa carga horária maior na qual se produz sem receber por isso, denominado como mais-valia, produzido no sobretrabalho (Marx, 1998).

O lucro das mercadorias é definido no modo de produzir, embora tenha uma relação orgânica com a circulação onde serão vendidas. Assim, a riqueza é produzida socialmente pelos trabalhadores, mas apropriada pelos capitalistas, donos dos meios de produção. Desse valor criado alimenta-se o capital industrial, comercial e financeiro.

Mas, seria suficiente esta lei do valor para manter a reprodução ampliada do capital? Ela assume outras determinações e expressões nos diversos ciclos do capital e em todas as nações capitalistas? Como as novas tecnologias do trabalho afetam este funcionamento?

LEI DO VALOR E O IMPERIALISMO MONOPOLISTA: reprodução ampliada do capital

Harvey (2014) revisita as contribuições de Luxemburgo e Hegel de que somente a lei do valor e das supostas trocas equivalentes não são suficientes para manter o equilíbrio e a acumulação ampliada do capital. Apesar das divergências em relação às análises de Luxemburgo de que as causas das crises cíclicas do capitalismo estavam no sobreconsumo, contrapondo-se e afirmando que a sobreacumulação seria a causa das crises, como falta de oportunidades de investimentos lucrativos, domínio do mercado mundial, concorda-se com esta autora de que o capitalismo tem de dispor perpetuamente de algo “fora de si mesmo” (Luxemburgo, 1988) para estabilizar-se merecendo ser apreciado. O que coincide com achados de Hegel de uma dialética interna do capitalismo forçando-o a buscar soluções externas a si (Harvey, 2014).

Marx (1982), ao discutir a lei da acumulação, afirma que a reprodução capitalista se divide em simples e ampliada: a primeira, reproduz o capitalista de um lado e os trabalhadores do outro; a segunda, implica mais capitalistas mais poderosos num polo e mais assalariados, no outro polo.

A lei da concorrência e das crises orgânicas geram o fenômeno da concentração e a centralização da riqueza nas mãos dos capitalistas individuais, criando o fenômeno da concentração de capitais – transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes resultante das fusões e monopólios, a atração do capital pelo capital –, logo a

reprodução ampliada. A centralização implica transformações na composição técnica do capital, aumentando a parte constante e diminuindo a parte variável.

A busca de ampliação da produtividade do trabalho e diminuição do tempo socialmente para produzir a mercadoria e ganhar a concorrência nos mercados leva ao aumento dos meios de produção empregáveis, especialmente, o denominado capital constante (maquinarias e tecnologias) e este cresce à medida que a produtividade se amplia e permite diminuir o capital variável (força de trabalho empregada), sem alterar a composição técnica do capital, reproduzindo e ampliando a acumulação.

Este fenômeno mostra que além da exploração da força de trabalho empregada, a acumulação cria uma força de trabalho ativa colocada no excedente que pressiona os que estão empregados a aceitarem os salários e condições de trabalho, com receio de serem jogados também no excedente e no pauperismo absoluto.

A relação dialética interno/externo no capitalismo, para manter o equilíbrio provisório, vai além do exército industrial de reserva, resultado da concentração e centralização do capital pós crises cíclicas, como o monopolismo imperialista.

Lênin (2001), contrário às ideias de alguns marxistas de que o imperialismo era apenas uma política, entende-o como um novo ciclo do capitalismo, novo estágio, modelo de acumulação do qual emana a política colonial ou por independência de colônias para difundir relações capitalistas e exportar os capitais acumulados e, também, se apropriar de parte dos valores criados em países independentes formalmente, mas dependentes economicamente. “O imperialismo é o estágio monopolista do capitalismo” (Lênin, 2001, p. 113).

O imperialismo é o capitalismo no estágio de desenvolvimento em que se formou a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capital, deu início à partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a Terra entre grandes países capitalistas (Lênin, 2001, p. 114).

O externo que mantém o equilíbrio do capitalismo central foi a partilha do mundo ou transição de uma política colonial que se estendeu sem obstáculos às regiões não apropriadas por nenhuma potência capitalista para uma política colonial de posse monopolista dos territórios, como a África e outros. Ou seja, transformar relações e locais ainda não mercantilizados em fonte de matéria-prima, alimentos, enquanto no centro o capitalismo avança com o processo de ampliação da produtividade, especialização industrial e ameniza os conflitos com políticas sociais do *Welfare State*.

Para Lênin (2001, p. 69) “a concentração da produção, monopólios que dela resultam, fusão ou junção dos bancos com a indústria: essa é a história do surgimento do capital

financeiro e do conteúdo desse conceito”, que no final do século XX, com a crise mundial do capital e do modelo de acumulação fordista/keynesiano, o capitalismo financeiro se torna hegemônico e dá origem a um novo modelo de acumulação.

A busca de mercados, mas também a necessidade de exportação de capital como fonte de reprodução ampliada do capital, tem influência sobre o desenvolvimento do capitalismo nos países aos quais ela se direciona, mas sempre mantendo as relações de dependência, tornando-os agrários-exportadores e, posteriormente, industrialização induzida, no qual os capitais destes países centrais impulsionam visando se beneficiar das relações comerciais, “às custas do desenvolvimento do capitalismo nos países avançados em todo o mundo” (Lênin, 2001, p. 88).

Essas relações comerciais do centro com a periferia geram um desequilíbrio da balança comercial, das trocas, nos países periféricos, o que segundo Marini (2005) é parcialmente resolvido pelas burguesias nacionais com o fenômeno da superexploração da sua força de trabalho e de um imenso exército de trabalhadores no excedente, quase similar aos empregados.

O sobretrabalho e o valor produzido na periferia, além de reproduzir o capitalismo dependente nacional, também alimentam o capitalismo central e permitem a conciliação em certos interesses entre capital e trabalho, a dita “redistribuição” do *Welfare State*.

Segundo Marini (2005, p. 153), a superexploração é viabilizada, “seja através do aumento de sua intensidade, seja mediante a prolongação da jornada de trabalho, seja finalmente combinando os dois procedimentos”. O terceiro procedimento consiste em reduzir o consumo do operário mais além do seu limite normal, pelo qual “o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital”, implicando assim em um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente” (Marini, 2005, p. 155).

Há, portanto, diversas formas de burlar a lei do valor, desmascarando a equivalência das trocas, que segundo Marx foi sempre um fetiche, pois, o trabalhador produz mais do que recebe em termos de salário e as tentativas do capital é sempre de manter esses salários. Outra forma em que não há equivalência se refere às relações entre colônias e países imperialistas ou entre estes e os países independentes, ex-colônias. No atual estágio do capitalismo, pós-crise de 1970, as relações interno/externo são recriadas, porque o modelo fordista/keynesiano se esgota e entra em crise, cuja causalidade é a sobreacumulação, necessitando de novas formas de investimentos para a reprodução ampliada e redução do poder reivindicativo da classe trabalhadora, seus processos organizativos, como o sindical, e

oposição aos partidos de esquerda. Assim, buscando novas formas de legitimidade a ordem fincada nos ditos livres mercados e no pilar da liberdade, limitada pelo pilar da igualdade e justiça social nos modelos anteriores de Estado social. Logo, mais que um novo processo ou modelo de acumulação, é também uma ofensiva contra a classe trabalhadora para fragmentá-la e desmobilizá-la.

O modelo fordista da produção em massa e consumo em massa favoreceu a reunião em grandes indústrias de trabalhadores e fortaleceu seu poder de negociação e pressão. O Estado teve que gradativamente abrir-se para suas demandas, em nome da democracia, com ampliação do gasto social, que passou a ser um entrave para o avanço da acumulação, realidade que se altera com o fim do socialismo real, com a crise mundial do capital e as saídas neoliberais desta crise.

REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA, NOVO IMPERIALISMO E ATUAL ESTADO DE LUTAS DE CLASSES

A crise do final do século XX, de proporções mundiais, teve fatores acionadores como a queda do padrão monetário internacional, choques do petróleo em 1973 e 1979 que desnivelaram os preços relativos de bens e serviços e acentuaram os desequilíbrios comerciais. Porém, a causalidade também foi a sobreacumulação, falta de oportunidades de investimentos lucrativos, retração das atividades econômicas, inflação, alta dos juros, desemprego e recessão. Segundo Antunes (2002), a crise foi resultado de uma queda da taxa de lucro determinada por um excesso de capacidade de produção pareada com um baixo retorno de vendas, ou seja, tratou-se de uma crise de superprodução.

Esse processo não atingiu todos os capitalistas da mesma forma. Nesse âmbito, uma nova fase de concentração e centralização ocorre, mediante grandes blocos econômicos e geográficos de comércio com a globalização, impulsionando a burguesia internacional a manter seu papel ativo de sujeito histórico, de buscar saídas para a crise, implementando uma série de mudanças no âmbito dos processos produtivos e das formas de organização do trabalho.

A reestruturação produtiva, empresas descentralizadas, com processos de terceirização, com investimentos massivos em novas tecnologias, via satélite, comunicação em tempo real, via internet, capaz de fechar negócios sem sair do território em que se está, foram inovações que em pouco tempo se generalizaram. Entretanto, mais do que a busca de reduzir os custos da produção, aumento da produtividade, domínio dos mercados, tratou-se de uma ofensiva contra a classe trabalhadora.

Os processos de reestruturação produtiva, como destaca Harvey (1992) e Antunes (2002), fragmentaram a classe trabalhadora, deixando um núcleo duro com empregos estáveis, e uma periferia de terceirizados, além dos desempregados. O fim de postos de trabalhos para muitas funções profissionais intermediárias ampliou o exército de desempregados, de trabalhos informais, dentre outros. Face ao desemprego estrutural, pelo fim de postos de trabalhos, autonomização de outros pela tecnologia, as grandes massas de excedentes, em estado de pobreza, na condição de terceirizados e informais, limitou o processo organizativo, que se tornou cooperativo em torno do emprego e salários e grandes massas sem nenhuma organização. A fragmentação atingiu a espinha dorsal da classe trabalhadora e do seu projeto de classe.

O “externo” que o capitalismo no atual estágio utiliza são os bens comuns, bens públicos, como o fundo público e as políticas sociais, terras indígenas, florestas, água, energia, aeroportos, universidades, via privatizações, mercantilização, degradações ambientais, dentre outros, como espaços de reprodução ampliada.

Segundo Harvey (2014), a forte onda de financeirização, domínio do capital financeiro, que se estabeleceu a partir de 1973 foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório.

Valorizações fraudulentas, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos de dívidas que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a prisioneiros da dívida, para não dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos [...] (Harvey, 2014, p. 122-123).

O “externo” são também os direitos trabalhistas e sociais, o que denomina “[...] regressão dos estatutos regulatórios destinados a proteger o trabalho e o ambiente da degradação tem envolvido a perda de direitos [...]”, além de outros direitos sociais, como as contrarreformas resultantes “[...] das mais flagrantes políticas de espoliação implantadas em nome da ortodoxia neoliberal” (Harvey, 2014, p. 123).

São também os bens conquistados pelos trabalhadores e controle sob as plataformas digitais, como o seu carro que vira Uber, motos e bicicletas que viram ferramentas dos entregadores, mas sob a máscara do empreendedorismo, do patrão de si mesmo, ideologia neoliberal de que cada um se faz por si mesmo, dono do seu projeto. O apropriador do produto, do resultado é apenas uma plataforma digital, cujos grupos expropriadores não são sequer conhecidos. A alienação se amplia, o investimento é do trabalhador, mas submetido ao controle de algoritmos do programa de computador, que definem rotas, que castiga pelo bloqueio, assim como essa plataforma não responde pelo seu estresse, adoecimento, gastos na manutenção

do veículo, desumanização, assaltos, velhice, dentre outros, criando uma margem de desprotegidos.

A pejotização do trabalho, prática do trabalhador abrir uma empresa e ser contratado como pessoa jurídica, sem direitos trabalhistas básicos. Terceirização de atividades meios e fins de uma empresa ou organização. Equipes de trabalhadores de profissionais especializados que esperam o chamado de plataformas para prestarem serviços, recursos que não cobrem o tempo de espera do chamado, trabalho por metas, por projeto, dentre outros.

Nas palavras de Antunes (2022), a base do trabalho em plataformas digitais tem três elementos básicos em seu funcionamento: a primeira delas é uso intenso de tecnologias de informação e comunicação (TIC) que são mediadoras nos processos de comunicação, como dispositivos, aplicativos, redes e serviços de computação, de maneira geral são recursos tecnológicos utilizados no processo produtivo que ampliam a polivalência exigida do trabalhador, inclusive, no seu domicílio, horas de folgas e de lazer sem remuneração adicional. Para a aceitação destas novas demandas do trabalho necessitou de uma disponibilidade imensa de força de trabalho sobrando, ávida por “qualquer trabalho”, desde que haja alguma remuneração, resultante do fechamento de postos de trabalho, automação de processos de trabalho que reduzem a força de trabalho empregada. Para atingir o objetivo de reduzir custos da força de trabalho, de fragmentá-los e subtrair seus direitos vem a exigência de que esses novos trabalhadores e trabalhadoras se transfigurem em “prestadores de serviços”, “autônomos”, “empreendedores”, para poder excluí-los completamente da legislação social protetora do trabalho, uma vez que prestam serviços para as empresas e não são trabalhadores desta, cabendo a estes pagar sua previdência social para ter direitos

Portanto, as tecnologias não são neutras e no capitalismo são utilizadas para reduzir a força de trabalho empregada, aumentar a produtividade, inovar os processos de produção e ampliar as formas de expropriações. Inclusive, essas tecnologias “[...] não tem como objetivo básico a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora” (Antunes, 2022, p. 54).

A luta de classes se acirra, mas com pouca visibilidade para os trabalhadores de como elas surgem, se difundem e os atingem. Do que podem fazer para reverter e se constituírem em sujeitos sociais ativos. Mas, com base no entendimento de Arcary (2014, p. 36), o trabalhador deste século é “[...] mais poderoso que do século XX. Ele não sabe, não tem consciência da sua força, mas é maior, mais concentrado, mais educado, mais influente, e seu destino deverá ser o de atrair para seu campo a maioria dos oprimidos”, demonstrando afirmação do autor que revele talvez um excesso de otimismo ou um horizonte possível. Segundo o autor, “Ele resistirá e veremos combates maiores do que os do passado”.

No atual estágio da luta de classe, com fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ou do socialismo real, se acirrou o lado sóbrio da exploração capitalista, promovendo retrocessos com as contrarreformas neoliberais e valores morais neoconservadores, de família, pátria, religião e propriedade privada. No Brasil, se presenciou tempos difíceis e obscuros, de 2016 a 2022, diante da ascensão do neoconservadorismo e neofascismo da extrema direita com o governo de Jair Bolsonaro e sua real intenção de criminalização dos movimentos sociais progressistas e de esquerda.

Os ataques aos ideais de democracia, especialmente, a deliberativa e a noção de justiça social do Estado de Bem-Estar Social, de inclusão de minorias sociais, são defesas do que se denomina de Nova Direita, composta pelos neoliberais e neoconservadores, que apesar das diferenças concordam na perspectiva de um Estado enxuto, que obedeça aos limites fiscais, reduza gasto social, fortaleça as parcerias público/privado na proteção social, promova privatizações, reformas tributárias, da previdência, trabalhista, dentre outras.

Conforme Pereira (2020, p. 122), especialmente, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, são difundidas ideias e valores tradicionais que estavam ameaçados por reivindicações de grupos populares. Mas, o keynesianismo e as ideias de um Estado social eram mais propícias ao projeto de expansão do capital industrial e foi moeda de troca com a classe trabalhadora, em troca da revolução por um projeto de reformas inclusivas. Esse modelo de regulação do fordismo entra em crise em 1970, que com o fim do socialismo real impulsionou a defesa pela classe dominante do ideário neoliberal e da reestruturação produtiva, da indústria em rede, com parcerias e terceirizações. Assim, segundo a autora, ocorre a entrada em cena de uma nova ideologia baseada na junção do neoconservadorismo e do neoliberalismo denominada de “Nova Direita”³, em oposição à direita reformista do modelo anterior, e nesta há evidentes ataques ao Estado social e os elevados gastos públicos. No Brasil, essa nefasta tendência se materializou de 2016 a 2022, após uma trégua de 13 anos, com a imposição de valores que trazem como consequência uma negação de questões básicas relacionadas à civilidade, principalmente, em tempos da pandemia por Covid-19.

Uma parte desta “Nova Direita” se extrematizou nos ideais neoconservadores e ultraneoliberais, dando origem à atual extrema direita no ocidente. No Brasil, o governo de Michel Temer é a expressão do centro-direita que implementou ações que garantiram a ascensão desta extrema direita, com uma política de ajuste fiscal, redução do gasto público e

³ A ideologia da Nova Direita “representa uma espécie de melting pot político, econômico e cultural que se traduziu na fusão (conjuntural) de valores e interesses contraditórios, (neo)liberal e (neo)conservadores” (Afonso, 2017, p.13 apud Pereira, 2016, p.119/20).

de incentivo exacerbado à iniciativa privada. No documento “Uma ponte para o Futuro” (PMDB, 2015), apontou-se o objetivo de “recriar um ambiente econômico estimulante para o setor privado deve ser a orientação de uma política correta de crescimento. Tudo isto supõe a ação do Estado” [...] “sem intervenções que distorçam os incentivos de mercado, inclusive respeitando o realismo tarifário” (2015, p.17), sendo realizadas inúmeras contrarreformas nesse sentido com a Lei da Terceirização, Reforma Trabalhista e Emenda Constitucional n.95/2016, reafirmando o propósito de inovar a economia com novas tecnologias para torná-la mais competitiva, ainda que isto significasse mais desempregos.

O governo Bolsonaro, caracterizado por ser de extrema direita, trilhou um caminho permeado pelo neoconservadorismo repressivo, fundamentalista, opressivo e ancorado em seu Plano de Governo de 2018 (Partido Liberal, 2018, p. 4) que tinha como um dos “valores e compromissos” a defesa da economia de livre iniciativa que está balizada na preservação da propriedade privada, ou seja, o governo de Bolsonaro exaltou, ainda mais, o sistema capitalista e com propostas de diminuição da ação do Estado por meio de um corte no número de ministérios, tendo em vista que “um número elevado de ministérios é ineficiente, não atendendo os legítimos interesses da Nação. O quadro atual deve ser visto como o resultado da forma perniciosa e corrupta de se fazer política nas últimas décadas [...]” (Partido Liberal, 2018, p. 18).

Já o Plano de governo de 2023-2026 que tinha como lema “Pelo bem do Brasil” (2023-2026), que não foi implementado porque Bolsonaro não foi reeleito, defendia “valores e princípios centrais” na “defesa” da liberdade para uso responsável dos recursos naturais, liberdade religiosa, liberdade de expressão e liberdade econômica. Para liberdade econômica buscava-se “[...] deixar a cargo do Estado somente aquilo que ele pode realizar em função dos altos custos de investimento e complexidades inerentes à gestão ou concentrando seus esforços em exercer sua função estabilizadora por meio de ações imediatas e coerentes [...]” (Partido Liberal, 2022, p. 9). E acrescentava qual o destino das “coisas públicas”, sendo que estas deveriam passar por um processo de “[...] desestatização por meio da concessão de serviços públicos, de parcerias público-privadas e da privatização de estatais, como ocorreu com a Eletrobrás, que ampliadas, trarão benefícios diretos e indiretos para o cidadão brasileiro [...]” (Partido Liberal, 2022, p. 9).

Uma outra dificuldade no campo das lutas sociais enfrentadas no governo de Bolsonaro foi o Projeto de Lei (PL) nº 732/2022, que tinha como finalidade a “atualização” da Lei Antiterrorismo, tornando-a as punições mais rigorosas, além de ampliar a definição de terrorismo quando que as “ações violentas com fins políticos ou ideológicos” estão dentro

desse rol. Na verdade, esse PL é a expressão dos desejos da base bolsonarista de ameaçar qualquer forma de mobilização contrária aos valores morais, inclusive, o valor primordial, o da propriedade privada da terra, ou seja, com uma direção de ataque ao MST.

É certo que nessa sociabilidade de dominação do capital as lutas dos trabalhadores sofrem desafios, tendo em vista, que o ideário neoliberal tem disseminado uma cultura individualista e de fragmentação da realidade de forma intencional para que os projetos individuais tenham visibilidade em detrimento de projetos coletivos. Além disso, os trabalhadores são submetidos a trabalhos exaustivos, prolongados e que usurpam suas forças físicas e mentais. E, dessa forma, impactam nos processos de indisponibilidade para participação das lutas políticas.

Por fim, entende-se que na contemporaneamente foram renovadas as formas de expropriação e produção do valor como: uberização, pejotização, entregadores, informalidade, dentre outros como fenômenos que invadem também o capitalismo central, expandindo as formas de superexploração no capitalismo, expropriações e espoliações, não apenas como uma realidade da periferia do sistema, mas do seu atual modo de ser. Logo, os usos das tecnologias não são neutros, desde a origem do capitalismo elas visam modernizar o processo produtivo, ampliar a produtividade, diminuir o tempo socialmente necessário para produzir as mercadorias, ganhar mercado, monopolizar, liberar força de trabalho ativa para o excedente, reduzir gasto com o capital variável, fragmentar a classe trabalhadora e inviabilizar suas lutas e organizações coletivas. Nos governos de socialdemocracia, partidos trabalhistas foi possível reformas inclusivas e garantias de direitos, mas em tempos de Nova Direita neoliberal e de extrema-direita vive-se tempos de contrarreformas sobre direitos sociais e trabalhistas que reduzem conquistas históricas da classe trabalhadora, deixando-a sujeita a todo tipo de superexploração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, considera-se que o atual estágio do capitalismo pautado no modelo financeiro neoliberal impõe desafios às lutas da classe trabalhadora, tendo em vista a superexploração, de expansão da era da tecnologia da informação, uberização e do novo conceito de indústria 4.0. Vive-se uma cultura individualista e de fragmentação da realidade de forma intencional para que os projetos individuais tenham visibilidade em detrimento de projetos coletivos, inclusive com uma intenção de criminalização das lutas sociais.

No Brasil, essa tendência foi fortalecida com a eleição para governo do ex-presidente da República de Jair Messias Bolsonaro que trilhou um caminho permeado pelo neoconservadorismo repressivo, fundamentalista, opressivo e ancorado em Plano de Governo regressivo, que em parte, foi materializado e ofensivo à classe trabalhadora e suas lutas sociais, como a proposta de Projeto de Lei (PL) nº 732/2022 que tinha como finalidade a “atualização” da Lei Antiterrorismo tornando-a às punições mais rigorosas.

Portanto, mesmo diante desse cenário de obscurantismo, forças de esquerda e da Nova Direita, do trabalho e do capital, mobilizam as mudanças estruturais e conjunturais. Essas mudanças não decorrem do nível das forças produtivas e de relações sociais que se tornam caducas, ou seja, do movimento das estruturas econômicas e políticas, estas são mobilizadas e assumem expressões conforme o nível das lutas de classes, da correlação de forças presentes, dos sujeitos antagônicos e de seus projetos societários.

As lutas sociais têm centralidade como mecanismo fundamental para um horizonte de transformações estruturais que permitam a superação das opressões, explorações, precarizações do trabalho. E, para isso, a classe trabalhadora deve aprofundar; seus processos de organização, de consciência de classe explorada, que é um movimento político de reconhecimento da sua força de oposição, por isso, o projeto burguês busca sempre fragmentar os trabalhadores e suas lutas, mas ela renasce e avança em ritmos ainda não suficientes para rever a ordem, mas tem esse horizonte sempre renovado.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Capitalismo pandêmico** (Mundo do Trabalho). São Paulo: Boitempo, 2022.

ANTUNES, R. **Privilégio da Servidão** – o novo proletariado de serviços na era digital: São Paulo: Boitempo, 2002.

ARCARY, V. Duas teses sobre a situação internacionais. *In*: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (org.). **Movimentos Sociais e Serviço Social**: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.p. 33-48.

DURIGUETTO, M. L.; MONTAÑO, C. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca Básica do Serviço Social).

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LÊNIN, V. **Imperialismo, etapa superior do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2001.

LUXEMBURGO, Rosa. A Acumulação do Capital. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1988. Coleção os economistas.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. *In*: MARINI, R. M. **Ruy Mauro Marini**- vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, K. **O Capital** – crítica da economia política. São Paulo: DIFEL, 1982. Livro 1, v. 2.

MARX, K. Salário, preço e lucro. *In*: MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos**. São Paulo: Abril Cultural, 1998. (Coleção Os pensadores).

MARX, K; ENGELS, F. A. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 2001.

MARX, K; ENGELS, F. A. **Manifesto do partido comunista**, São Paulo: Cortez, 2005.

MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels).

PARTIDO LIBERAL. **Plano de Governo**. Candidatura à Presidência da República Federativa do Brasil. Brasília: Partido Liberal, 2018.

PARTIDO LIBERAL. **Plano de Governo**. Candidatura à Presidência da República Federativa do Brasil. Brasília: Partido Liberal, 2022.

PMDB. Uma ponte para o Futuro. Brasília, 2015.

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3359700/mod_resource/content/0/Brasil%20-%20Uma%20ponte%20para%20o%20futuro%20Fundamental%20-%20Ulysses%20Guimar%C3%A3es.pdf

PEREIRA, C. P. P. **Proteção social no capitalismo**: crítica a teorias e ideologias conflitantes. São Paulo: Cortez, 2020.

RIBEIRO, S.P.F. Lutas sociais contemporâneas: entre os desígnios pós- modernos e os imperativos da classe trabalhadora. *In*: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (org.). **Movimentos Sociais e Serviço Social**: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.p. 102-114.